



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

11096 - Resumo Expandido - Trabalho - XVI Reunião da Anped Centro-Oeste (2022)

ISSN: 2595-7945

GT 05 - Estado e Política Educacional

POLÍTICA PÚBLICA DE ESPORTE EDUCACIONAL: ANÁLISE DO PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA ACADEMIA E FUTEBOL NA UFMS

Breno Brey D'Auria - UFMS/Campus de Campo Grande - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

Anderson Volpato de Paiva - UFMS - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

Dirceu Santos Silva - UFMS/Campus de Campo Grande - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

Agência e/ou Instituição Financiadora: CAPES

POLÍTICA PÚBLICA DE ESPORTE EDUCACIONAL: ANÁLISE DO PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA ACADEMIA E FUTEBOL NA UFMS

INTRODUÇÃO

Sob o governo do presidente Jair Messias Bolsonaro (Governo Bolsonaro) (2019-atual), se renovam os argumentos neoliberais que preconizam o ajuste fiscal, estimulam a participação da iniciativa privada e do Terceiro Setor. Diante deste contexto, as políticas sociais não foram o foco do governo, sobretudo com um cenário que vai em desencontro com os preceitos estabelecidos pela Constituição da República Federativa do Brasil (CF 88) (CARNEIRO, 2019). Exemplo disso são as propostas no campo da educação como o programa Future-se destinado às universidades federais do país (SILVA; RIBEIRO; ANDRADE, 2022).

Com relação às políticas públicas de esporte, houve a extinção do Ministério do Esporte (ME) em 2019, pasta ministerial presente desde o ano de 2003. O setor foi reestruturado em Secretaria Especial do Esporte (SEE), vinculado ao Ministério da Cidadania. A organização institucional mais recente sofreu uma diminuição do nível de importância que teve nos últimos anos. Dessa forma, a perda do status de ministério aponta para um cenário que reflete um Estado neoliberal, de mercantilização e não de um direito legalmente reconhecido do acesso à prática esportiva (TAFFAREL; SANTOS JÚNIOR, 2019).

Em meio a este contexto, criou-se uma nova política pública vinculada à SEE, trata-se do Programa Academia e Futebol (PAF), em 2019, vinculado à Secretaria Nacional de

Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor (SNFDT). A política se ampara em marcos legais como a CF 88 (art. 217.), Lei Pelé, Plano Plurianual (2016-2019), Estatuto da Criança e Adolescente e Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que embasam uma concepção ampliada de acesso à prática esportiva (BRASIL, 2020a). Dessa forma, o programa busca atender a demanda de reconhecimento do “esporte como direito de cidadania de todos os brasileiros e, deste modo, cabe ao Estado promover políticas públicas” (BRASIL, 2020a, p. 4).

O PAF funciona de forma intersetorial com instituições educacionais, ao prever convênios com Universidades Públicas e Institutos Federais, a partir de três dimensões: fomento à prática do futebol, futsal e beach soccer, como direito das crianças e adolescentes de 06 aos 17 anos, e adultos entre 18 e 25 anos, matriculados preferencialmente em escolas da rede de ensino pública; qualificação das políticas públicas na área do futebol e futsal por meio de centros de pesquisa sobre futebol, futsal e direitos do torcedor; realização de cursos (presenciais e EaD) e eventos científicos para a formação de professores de Educação Física. Dessa forma, o PAF se configura como uma política pública de esporte e educação, sobretudo pelo seu funcionamento em instituições públicas de ensino, voltada para formação de professores de Educação Física e acesso do direito educacional de crianças e adolescentes da escola pública (BRASIL, 2020a).

Figura 1. Dimensões que compõem o PAF.



Fonte: (BRASIL, 2019b).

Ao observarmos as dimensões que compõem o PAF, destacamos o papel fundamental que as Universidades e Institutos Federais possuem para o seu desenvolvimento. Dessa forma,

A Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e a SEE, em 2020, firmaram um convênio para a implementação do PAF no município de Campo Grande a partir do Termo de Execução Descentralizada (TED) Nº 6/2020 (BRASIL, 2020b).

Como o PAF é uma iniciativa recente, em processo de estruturação é fundamental a realização de análises que apresentem informações estratégicas para gestores, com o intuito de atingir resultados positivos no desenvolvimento de políticas públicas. A avaliação da fase de implementação de convênios de programas sociais se constitui como ferramenta capaz de gerar informações que melhor auxiliam na execução de políticas públicas, o que contribui para uma melhor tomada de decisão que resulta num aprimoramento das ações propostas (SERAPIONI, 2016).

Para além dos aspectos funcionais da política pública, a investigação da política social no campo esportivo segundo Athayde e Passos (2018), tem o intuito de levar a superação da mistificação do esporte como instrumento de redenção das mazelas sociais para a emancipação política do esporte educacional, com ênfase no processo contraditório da ação política. Nesse ponto, a avaliação do PAF colabora para a discussão das políticas públicas e do esporte em sua dimensão educativa, ao contribuir para que as normas estabelecidas pela legislação em relação a garantia de acesso ao esporte como direito sejam efetivamente cumpridas.

Diante do exposto, a pesquisa tem por objetivo analisar o processo de implementação do PAF na UFMS. Trata-se de uma pesquisa com método descritivo, com análise documental e abordagem qualitativa. A escolha do método descritivo é justificada pela contribuição com a identificação, registro, análise e interpretação da ação pública investigada. A escolha pela abordagem qualitativa se justifica por privilegiar a dimensão processual do conhecimento, as perspectivas particulares dos sujeitos, bem como a possibilidade de realizar análises descritivas dos fenômenos observados (BOGDAN; BIKLEN, 1994).

A seleção dos documentos ocorreu por meio da coleta de dados feita a partir de uma solicitação ao coordenador do PAF da UFMS. Os documentos selecionados para a investigação foram: a primeira versão do Plano de trabalho (BRASIL, 2020c), documento com descrição da proposta de execução (BRASIL, 2020d), a versão atualizada do Plano de trabalho (BRASIL, 2022a) e o relatório parcial com as ações desenvolvidas (BRASIL, 2022b). O método utilizado para a averiguação dos dados foi a análise documental (LÜDKE; ANDRÉ, 1986).

DESENVOLVIMENTO

O convênio piloto firmado entre a UFMS e a SEE para a implementação do PAF se deu em 2020 e se constituiu como um dos primeiros convênios implementados. Ao analisar a primeira versão do plano de trabalho e o documento com a descrição da proposta de execução, constatou-se o alinhamento das ações previstas com as diretrizes do PAF em relação às três dimensões do programa (BRASIL, 2020c; BRASIL, 2020d).

Com relação a oferta de prática esportiva, as diretrizes permitem beneficiários com até 25 anos. Neste caso, o núcleo da UFMS fez a opção de atender apenas o público escolar, ao ofertar turmas de alunos com até 17 anos. Essa escolha concede ênfase aos escolares e amplia o potencial educativo de sua proposta. As ações previstas para o centro de pesquisa são a avaliação do processo de formação dos beneficiários do programa, desenvolvimento de pesquisas tendo como parâmetro a elaboração de 4 resumos para eventos e a publicação de 2 artigos científicos. O curso de formação foi planejado para ser realizado de maneira remota e

com uma estimativa de alcançar 150 acadêmicos e 50 professores com o intuito de oportunizar aos professores do Estado cursos de formação científica sobre Futebol e Futsal (BRASIL, 2020c; BRASIL, 2020d).

Com a pandemia de Covid 19, as ações do PAF foram paralisadas e das iniciativas inicialmente previstas, somente o curso de formação foi executado no ano de 2020 (BRASIL, 2022b). Diante deste contexto, o programa precisou passar por uma reformulação. Houve a substituição do coordenador do programa e a elaboração de um novo Plano de Trabalho com uma nova data de execução prevista para os anos de 2022-2024.

Ao compararmos os planos de trabalho, houve alterações dos agentes do programa. Anteriormente a estrutura era composta por um coordenador, um vice-coordenador e dois monitores (alunos de graduação). A nova estrutura é composta por um novo coordenador, um professor e dois monitores. Outra alteração identificada é com relação ao desenvolvimento das pesquisas, com o PAF tendo um novo coordenador, o eixo temático das pesquisas teve alteração e passou a contar com outros grupos de pesquisas envolvidos, bem como as metas quantitativas anteriormente previstas não estão mais presentes. O único ponto sem alterações diz respeito à oferta de prática esportiva na UFMS. A estruturação das turmas e a quantidade anteriormente prevista de beneficiários se manteve a mesma (BRASIL, 2020c; BRASIL, 2022a).

A perspectiva para o seguimento do projeto é a instalação do Centro de Vivência de Futebol e Futsal, para atender 150 crianças e adolescentes, orientação do professor e monitores no processo de ensino e pesquisa do Futebol e Futsal e avaliação dos aspectos físicos, técnicos, táticos e motores dos participantes do projeto (BRASIL, 2022a; BRASIL, 2022b).

CONCLUSÃO

O PAF se constitui como uma iniciativa importante e que inova ao estreitar relação com a comunidade acadêmica e estimular a oferta da prática esportiva com o desenvolvimento de pesquisas. No entanto, com a extinção do ME e os desinvestimentos do governo em políticas públicas de esporte e educação, o contexto de criação do programa não é de ampliação das políticas de esporte educacional como um todo, mas de desenvolvimento de uma política em detrimento de outras já existentes.

O PAF da UFMS passou por reformulações devido a pandemia da covid 19, no entanto, como uma política educacional, ela se mostra significativa e com efeito em dois eixos, o primeiro diz respeito ao acesso à prática esportiva de escolares da rede pública de ensino, o segundo é o impacto que gera na universidade, mais especificamente nos cursos de educação física devido a oferta de cursos de formação aos monitores, comunidade acadêmica e demais interessados, o desenvolvimento de pesquisas e a oferta de duas bolsas para alunos de graduação. Por fim, é importante frisar que o presente estudo faz parte de uma dissertação de mestrado em desenvolvimento.

Palavras-Chave: Programa Academia e Futebol. Esporte Educacional. Política Pública. Implementação. UFMS.

REFERÊNCIAS

- ATHAYDE, P. A.; PASSOS, F. B. Esporte e políticas sociais no Brasil: uma discussão sobre cidadania e emancipação humana. **Pensar a Prática**, v. 21, n. 3, p.701-712, 2018. DOI: <https://doi.org/10.5216/rpp.v21i3.44289>.
- BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto editora, 1994.
- BRASIL. **Diretrizes do Programa Academia e Futebol**. Brasília, DF: Secretaria Especial do Esporte, 2019.
- BRASIL. **Diretrizes do Programa Academia e Futebol**. Brasília, DF: Secretaria Especial do Esporte, 2020a.
- BRASIL. **Diário Oficial da União Nº 69, quinta-feira, 9 de abril de 2020**. República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Presidência da República, 2020b.
- BRASIL. **Plano de trabalho Programa Academia e Futebol Sul Matogrossense**. Campo Grande, MS: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2020c.
- BRASIL. **Descrição da proposta de execução do Programa Academia e Futebol Sul Matogrossense**. Campo Grande, MS: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2020d.
- BRASIL. **Plano de trabalho Programa Academia e Futebol Sul Matogrossense**. Campo Grande, MS: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2022a.
- BRASIL. **Relatório parcial do Programa Academia e Futebol Sul Matogrossense**. Campo Grande, MS: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2022b.
- CARNEIRO, R. A agenda econômica anacrônica do Governo Bolsonaro. **Brazilian Keynesian Review**, v. 5, n. 1, p. 154-173, 2019. DOI: <https://doi.org/10.33834/bkr.v5i1.200>.
- LUDKE, M.; ANDRÉ, M. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. **Em Aberto**, v. 5, n. 31, 1986.
- SERAPIONI, M. Conceitos e métodos para a avaliação de programas sociais e políticas públicas. **Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, v. 31, p. 59-80, 2016.
- SILVA, R. L.; RIBEIRO, P. R. O.; ANDRADE, M. O. O descaso com a política educacional no Governo Bolsonaro. In: ZIMMERMANN, C. R. CRUZ, D. U. **Políticas sociais no Governo Bolsonaro: Entre descasos, retrocessos e desmontes**. Salvador: Pinaúna, 2022, p.161-174.
- TAFFAREL, C. Z; SANTOS JUNIOR, C. D. L. Política nacional do esporte: as consequências do desmonte do ministério do esporte. **Motrivivência**, v. 31, n. 60, p. 01-32, 2019. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-8042.2019e66105>.